

Proteção social não contributiva sob a perspectiva da infância e da equidade: Emirados Árabes Unidos¹

Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG)

Os Emirados Árabes Unidos (EAU) abrangem sete Emirados (Abu Dhabi, Ajman, Dubai, Fujairah, Ras al-Khaimah, Sharjah e Umm al-Quwain), que fazem fronteira com Omã ao leste e com Arábia Saudita ao sul. Em 2016, a população era de 9,2 milhões de pessoas, das quais 5 por cento era crianças de 0 a 5 anos e 16,6 por cento, menores de 18 anos. Em 2013, imigrantes constituíam mais de 83 por cento da população total, e a maioria dos trabalhadores migrantes é de descendência do sul e do sudeste asiático. Crianças filhas de mulheres com cidadania dos EAU casadas com homens não cidadãos do país só podem receber a cidadania se a requisitarem quando fizerem 18 anos.

Classificado como um país de renda alta, os EAU também estão bem posicionados em termos de desenvolvimento humano, tanto em âmbito regional como global. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país tem aumentado constantemente desde os anos de 1990 e alcançou o pico de 0,840 em 2015, colocando o país na posição 42º de 188 países. Os EAU não adotaram oficialmente uma linha da pobreza e as estimativas sobre a prevalência da pobreza são incertas. O crescimento econômico passou por grande volatilidade na última década, em razão da queda dos preços do petróleo. Apesar disso, espera-se que o crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) seja recuperado lentamente e alcance cerca de 3 por cento em 2018.

Indicadores de saúde e educação revelam baixas taxas de mortalidade, altas taxas de matrícula escolar e de frequência. Nas últimas duas décadas, os dados mostram que melhorias importantes foram feitas para reduzir a mortalidade materna, que diminuiu de 17 mortes por 100.000 nascidos vivos em 1990 para 6 em 2015. Em 2015, a taxa líquida de matrícula na escola primária alcançou 93 por cento. Contudo, poucas informações estão disponíveis sobre taxas de matrícula e frequência escolar na educação secundária. O atendimento à saúde era gratuito até o governo introduzir cobranças para não nacionais, em 2001. De forma semelhante, escolas públicas são gratuitas para nacionais dos EAU, enquanto não nacionais estão sujeitos a taxas.

Os EAU destacam-se entre os países exportadores de petróleo da região por seu baixo nível de subsídios, principalmente para alimentos e energia. Em 2015, os Emirados introduziram uma reforma substancial no setor, com o fim dos subsídios a combustíveis e aumento das tarifas de energia elétrica.

O sistema de proteção social é gerido pelo Ministério do Desenvolvimento da Comunidade. Só os nacionais dos EAU são elegíveis para assistência social. No mais, os diferentes Emirados oferecem benefícios adicionais para os cidadãos sob a respectiva jurisdição. Em âmbito nacional, o *Monthly Cash Benefit* focaliza grupos específicos, incluindo mulheres viúvas, divorciadas e abandonadas, pessoas com deficiências, idosos, famílias de prisioneiros e órfãos. Essa assistência financeira só está disponível para nacionais residindo no país. Até 2012, cerca de 40.100 famílias e 4.900 crianças tinham se beneficiado do programa.

O acesso à moradia moderna é considerado um direito de todo o cidadão. Até setembro de 2011, mais de 48.000 beneficiários de famílias de baixa renda tinham recebido assistência de moradia pelo *Sheikh Zayed Housing Programme*. Além disso, o *Social Welfare Against Disasters* fornece assistência financeira, alimentos e abrigo para todos os cidadãos afetados por um desastre natural. O montante pago cobre até 80 por cento do total de perdas financeiras e da propriedade.

Além dos programas nacionais dos EAU, Dubai oferece uma variedade de programas de assistência financeira só disponíveis para os residentes desse Emirado. O *Periodic Benefit Programme* visa apoiar famílias com renda abaixo do limite do benefício, que vai de AED 10.700 a AED 21.700, de acordo com o número de membros da família. O benefício está disponível para mulheres divorciadas e viúvas, e o montante depende do número de membros da família. Também há um benefício de emergência garantido para residentes de baixa renda,



incluindo mulheres divorciadas, viúvas e seus filhos (após um acidente ou outras situações de emergência). O *One-Time Benefit* oferece apoio financeiro para propósitos específicos predefinidos, incluindo apoio financeiro para mobiliar a casa, um benefício para energia elétrica e para cobrir taxas escolares de crianças com deficiências. O *Temporary Housing Benefit* visa apoiar famílias de baixa renda a pagar por moradia temporária, em caso de estarem desalojadas ou de terem sofrido com danos à propriedade após uma emergência.

Apesar de os padrões de vida serem relativamente altos nos EAU e um número de programas de proteção social existir para atender a famílias de baixa renda, mais informações são necessárias para análise das taxas de cobertura e para melhor entendimento do impacto desses programas no bem-estar das crianças. Destaca-se o fato de programas existentes só estarem disponíveis para cidadãos dos EAU, e nenhuma informação existe sobre programas de assistência social para o grande número de trabalhadores migrantes e de suas famílias que residem no país. Crianças de não cidadãos dos EAU podem estar mais propensas à vulnerabilidade e à pobreza. Consequentemente, a melhor disponibilidade de dados é crucial para se determinar o estado da proteção social no país.

Nota:

1. Este *One Pager* foi retirado de um estudo detalhado, resultante de uma parceria entre o IPC-IG e a UNICEF MENARO. Todos os dados mencionados estão completamente referenciados no relatório completo: MACHADO, A. C., BILO, R., OSORIO, R. e SOARES, F. *Overview of Non-contributory Social Protection Programmes in the Middle East and North Africa (MENA) Region through a Child and Equity Lens*. Brasília e Amã: International Policy Centre for Inclusive Growth e UNICEF Regional Office for the Middle East and North Africa, 2018 <<https://goo.gl/QfmKwK>>.